

Desafios e possibilidades da extensão universitária para a qualificação do trabalho em rede

Challenges and possibilities of university extension for networking qualification

Marina Abreu Dias¹
Patrícia dos Santos Rios²
Amanda Cunha Stefani³
Mariana Hasse⁴

RESUMO

O trabalho em rede tem se mostrado fundamental para o cuidado adequado a situações complexas, como é o caso da violência sexual. Entretanto, ainda há diversas barreiras para a efetivação desse tipo de atuação e por isso a qualificação dos profissionais e serviços que compõem tais redes é fundamental. Com esse objetivo, foi criado o projeto de extensão “Educação permanente para o cuidado integral a pessoas em situação de violência sexual”. O projeto foi desenvolvido durante o ano de 2021 por integrantes do Núcleo de Atenção Integral a Vítimas de Agressão Sexual do Hospital de Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia (NUAVIDAS/HC-UFU), serviço que atende vítimas de violência sexual. Em função da pandemia de Covid-19, o projeto foi desenvolvido de forma remota e a experiência, apesar de não contemplar completamente os objetivos iniciais, mostrou-se potente para o fortalecimento da rede e sensibilização de profissionais e comunidade sobre o problema da violência.

Palavras-chave: Relações Comunidade-Instituição. Rede intersetorial. Violência sexual.

ABSTRACT

Network performance has been fundamental for proper care for complex situations, such as sexual violence. However, there are still several barriers to the realization of this type of performance and therefore the qualification of professionals and services that make up such networks is fundamental. For this purpose, the extension project “Permanent Education for Integral Care for People in Sexual Violence Situations” was created. The project was developed during the year 2021 by members of the NUAVIDAS/HC-UFU, a service that attends to victims of sexual violence. Due to the Covid-19 pandemic, the project was remotely developed and the experience – although it does not completely contemplate the initial goals – was a powerful aid to strengthen the network and raise awareness of professionals and community about the problem of violence.

Keywords: Community-Institutional relations. Intersectoral collaboration. Sex offenses.

¹ Graduada em Psicologia e cursando especialização em Multiprofissional em Atenção em Saúde Coletiva. Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, Brasil. (marina.abreu.m@gmail.com).

² Graduanda em Medicina na Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, Brasil. (patriciadrs@outlook.com).

³ Graduada em Psicologia pela Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, Brasil. (amanda.stefani95@gmail.com).

⁴ Doutora em Saúde Coletiva pela Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Brasil; professora adjunta da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, Brasil. (mhasse@ufu.br).

INTRODUÇÃO

Universidades são instituições que possuem como uma de suas principais missões, formar profissionais que exerçam suas futuras atividades de forma crítica e reflexiva. Para isso, de acordo com a Lei 9.394/96 (BRASIL, 1996), que estabelece as diretrizes básicas da educação nacional, o ensino superior precisa oferecer uma formação baseada no tripé ensino, pesquisa e extensão, de forma que estejam articulados e contextualizados à realidade na qual são desenvolvidos.

Especificamente a extensão, segundo a Política Nacional de Extensão Universitária (BRASIL, 2012, p. 8),

é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. A Extensão é uma via de mão dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como consequências a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade.

Ou seja, ações extensionistas possuem potencial de promover reflexões sobre a atualidade, propiciar entendimento de processos históricos e culturais, e fomentar mudanças. A comunidade – acadêmica e externa –, que se envolve em tais ações, tem acesso à possibilidade de lidar com temáticas sensíveis à vida de diferentes populações.

Uma dessas temáticas é a violência, fenômeno manifesto de diversas formas, que possui raízes profundas e gera diversos impactos nas pessoas que a vivenciam (VISENTIN *et al.*, 2015). Uma de suas expressões mais perversas é a violência sexual, considerada um grave problema de saúde pública, que revela desigualdades de gênero cruéis e persistentes na sociedade.

A violência sexual consiste em qualquer ato sexual – ou tentativa de obtê-lo –, comentários ou avanços sexuais usando coerção, cometidos por qualquer pessoa, independentemente de seu relacionamento com a vítima, em qualquer ambiente, incluindo – mas não limitado apenas – à casa e ao trabalho (OMS, 2012).

Estima-se que a violência sexual atinja 12 milhões de pessoas a cada ano no mundo. Embora as estatísticas ainda sejam escassas, sabe-se que são frequentes os casos intrafamiliares – em especial, situações de incesto –, e o estupro perpetrado por parceiros íntimos (BAIGORRIA *et al.*, 2017; SCHRAIBER *et al.*, 2007). De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2020), em 2019, foi registrado um estupro a cada oito minutos no Brasil, totalizando mais de 66.000 vítimas.

Ainda segundo o anuário (FBSP, 2020), 85,7% das vítimas de violência sexual são mulheres. A dimensão de gênero, entendida como a construção histórica e cultural dos papéis desempenhados por homens e mulheres, cria relações de poder assimétricas e hierarquicamente ordenadas (BRASIL, 2012). Essa desigualdade suscetibiliza as meninas e as mulheres à violência sexual e ainda faz com que se sintam culpadas e envergonhadas pela violência sofrida, silenciando-as e aumentando a dificuldade de pedir ajuda (FREITAS; FARINELLI, 2016; ANDRADE, 2005; NEVES *et al.*, 2010).

A violência sexual tende a ser traumática e gerar quadros de retraimento social, estresse pós-traumático, síndrome do pânico, distúrbios psicossomáticos e tentativas de suicídio (FREITAS; FARINELLI, 2016). Além disso, pode ter repercussões na saúde física, com aumento do risco de contaminação por infecções sexualmente transmissíveis, entre elas o HIV, e gravidez indesejada (BRASIL, 2012; OMS, 2012).

Devido à complexidade do fenômeno da violência sexual e seus inúmeros desdobramentos, para um cuidado integral é indispensável que a atenção às vítimas seja ofertada de forma intersetorial. Entretanto, a produção do trabalho em rede não é algo simples e apresenta diversos desafios.

Para efetivar o trabalho em rede, é necessário humanizar os atendimentos, melhorar a infraestrutura existente e superar o desconhecimento dos profissionais sobre os serviços existentes. Isso é fundamental para evitar isolamento dos serviços e a ‘rota crítica’, que ocorre quando as vítimas não conseguem encontrar respostas para suas demandas. Entretanto, ainda falta conhecimento dos protocolos, normas e legislação entre os diferentes serviços, o que dificulta um trabalho articulado. Também há barreiras de comunicação entre os diferentes setores e ausência de um diálogo efetivo, o que faz com que informações se percam ou sejam solicitadas repetidas vezes (AGUIAR; D’OLIVEIRA; SCHRAIBER, 2020; VIEIRA; HASSE, 2016).

Por vezes, a formação dos profissionais para um trabalho articulado com outros serviços e setores, e a organização das próprias instituições negligenciam um olhar sensível e atento às situações de violência. O agir na área da saúde no cuidado à violência, por exemplo,

ainda privilegia uma visão biomédica, que espera por lesões ou disfunções orgânicas e esquece os determinantes sociais (KISS; SCHRAIBER, 2011). Em muitos serviços, a escuta tem foco apenas na queixa, que muitas vezes não é a violência em si. Nesses casos em que as pacientes não revelam espontaneamente a violência – seja porque não a reconhecem, seja porque têm medo, seja porque não são questionadas –, ela segue invisível e o cuidado necessário não acontece (SILVA; PADOIN; VIANNA, 2015; TAVARES, 2015).

Por isso, é importante que profissionais – especialmente da área de ciências da saúde, humanas e sociais, mas não somente –, sejam capazes de identificar situações de violência, saibam como acolher de forma adequada e acionar/promover o cuidado necessário.

Com o objetivo de qualificar o trabalho da rede de serviços que cuida de pessoas em situação de violência sexual, criou-se o projeto de extensão “Educação permanente para o cuidado integral a pessoas em situação de violência sexual”. O projeto foi desenvolvido durante o ano de 2021 por integrantes do Núcleo de Atenção Integral a Vítimas de Agressão Sexual do Hospital de Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia (NUAVIDAS/HC-UFU), serviço que atende vítimas de violência sexual. Neste trabalho, relatamos essa experiência.

DESENVOLVIMENTO E DISCUSSÃO

O NUAVIDAS é um serviço ambulatorial especializado no atendimento a vítimas de violência sexual. Composto por médicas ginecologistas e pediatras, psicólogas, assistentes sociais, enfermeiras e advogadas, o serviço segue as normas técnicas do Ministério da Saúde (BRASIL, 2015) e garante acesso a exames, profilaxias, atendimento multiprofissional por, no mínimo, seis meses, e acesso ao aborto previsto em lei para os casos de gravidez decorrente de estupro.

Devido à complexidade dos casos atendidos, os profissionais do NUAVIDAS estão constantemente em contato com outros serviços para articular o cuidado. Algumas dessas articulações já estão bem estabelecidas, como a parceria com a polícia civil para realização da coleta de vestígios no próprio hospital, que evita que as vítimas tenham que ir ao Instituto Médico Legal. Entretanto, o diálogo com outros serviços e setores ainda se mostra um desafio.

Por ser um serviço especializado na temática da violência sexual, o NUAVIDAS tem potencial para participar da qualificação dos profissionais que atuam ou atuarão com vítimas de violência, além de contribuir com o fortalecimento da rede intersetorial.

O processo de articulação com a rede ocorre especialmente por meio de ações de extensão. Por ser um serviço vinculado a um hospital-escola, também é sua função promover ações de extensão e criar espaços para divulgação de conhecimento e diálogo com a comunidade (BRASIL, 2012).

Nesse contexto, foi criado o projeto de extensão “Educação permanente para o cuidado integral a pessoas em situação de violência sexual”. O projeto teve financiamento da Pró-reitoria de Extensão e Cultura da universidade, por meio do pagamento de bolsa para uma discente, e contou com a participação de mais duas estudantes voluntárias. As três trabalharam na preparação e organização da plataforma para transmissão dos encontros, criação dos materiais de divulgação do projeto, administração de presenças e certificados, e elaboração de trabalhos científicos para apresentação em eventos.

Originalmente elaborado para ser desenvolvido no ano de 2020, o projeto previa encontros presenciais e metodologias ativas para o desenvolvimento de um processo formativo dos profissionais envolvidos. Segundo Carvalho (2008), o conceito de formação pressupõe algo que vai além da mera transmissão de informações, desenvolvimento de competências ou difusão de conhecimentos: “A aprendizagem indica simplesmente que alguém veio a saber algo que não sabia: uma informação, um conceito, uma capacidade. Mas não implica que esse ‘algo novo’ que se aprendeu nos transformou em um novo ‘alguém’” (CARVALHO, 2008, p. 3).

Para que uma formação ocorra, portanto, é preciso fazer referência à noção de aprendizagem significativa de Paulo Freire, processo que envolve educador e educando, um exercício de criticidade e reconhecimento do valor das emoções (SÁ *et al.*, 2019). Ou seja, pressupõe um processo de mútua afetação e abertura, favorecido pelas experiências grupais com metodologias ativas.

Em virtude da pandemia de Covid-19 e consequentes medidas de isolamento e distanciamento social, o projeto original precisou ser suspenso. No início de 2021, decidimos retomá-lo, mas para isso ele precisou ser adaptado às circunstâncias do momento.

A realização dos encontros de forma remota foi a estratégia encontrada. Apesar de diminuir a possibilidade de diálogo, e a consequente formação significativa dos profissionais, naquele momento, a realização do projeto de forma remota se mostrou uma estratégia importante para favorecer o contato entre diferentes pontos da rede, melhorar a articulação entre os serviços e qualificar a discussão sobre o problema da violência sexual.

Assim, o projeto ocorreu remotamente, com encontros transmitidos ao vivo por uma plataforma de compartilhamento de vídeos. Ao longo de 2021, entre março e dezembro,

ocorreram 10 encontros mensais, com duração média de 2 horas cada. Os encontros sempre contaram com a presença de um ou mais profissionais de algum dos serviços da rede, e uma profissional do NUAVIDAS. As temáticas discutidas relacionaram-se à composição e dinâmica da rede e desafios para o cuidado da violência sexual, conforme sistematizado no Quadro 1.

Quadro 1 – Temáticas abordadas no projeto de extensão “Educação permanente para o cuidado integral a pessoas em situação de violência sexual”

Mês	Tema do encontro
Março	Violência sexual: desafios para o cuidado
Abril	Gênero, segurança pública e violência sexual
Maiο	Desafio: educar para a sexualidade a partir da infância
Junho	Os desafios do trabalho em rede
Julho	Escuta especializada: responsabilidade de quem?
Agosto	Impactos da violência sexual na saúde mental
Setembro	Aborto legal no Brasil: produção do cuidado e reflexões éticas
Outubro	Direitos de pessoas em situação de violência sexual: sigilo e busca de provas
Novembro	SUAS e o atendimento a vítimas de violência sexual: limites e potencialidades
Dezembro	Ensino e aprendizagem sobre violências

Fonte: As autoras (2021).

Os temas foram definidos a partir de um levantamento realizado com os profissionais da rede do município, por meio de um formulário online enviado para os serviços que atendem situações de violência, principal público-alvo do projeto. A escolha buscou atender às principais necessidades sinalizadas e integrar trabalhadores de diversas profissões e pontos da rede.

Durante as transmissões ao vivo, os participantes interagiam por meio de perguntas e comentários e o diálogo com os convidados era mediado ao vivo durante os encontros. Assim, muitas vezes, as perguntas feitas por meio do chat conduziram o rumo das conversas.

A abordagem sobre o problema da violência sempre foi apresentada sob diferentes perspectivas para buscar uma interação dialógica, interdisciplinar/interprofissional e comprometida com a transformação social. Algumas temáticas, como a educação para a sexualidade e o direito ao aborto, são sensíveis e geralmente causam controvérsia quando abordadas.

A educação em sexualidade, por exemplo, apesar de não ser novidade no Brasil, tem tido sua legitimidade questionada nos últimos anos. O trabalho desse tema no ambiente escolar ganhou legalidade no início dos anos 1990 com a promulgação da Constituição Federal, do Estatuto da Criança e do Adolescente, e com o enfrentamento da epidemia do HIV/Aids (GAVA; VILLELA, 2016). Entendida como um direito, refletir sobre a sexualidade é fundamental – entre outras coisas – para a identificação de situações de violência sexual e prevenção de sua ocorrência. Porém, a abordagem da educação para sexualidade tem sido questionada a partir de um embate político e ideológico que contesta o papel da escola na construção de valores junto aos estudantes.

Apesar das disputas que geram na sociedade, durante os encontros sobre tais temas, não tivemos grandes polêmicas. Acreditamos que, devido ao público dos encontros ser formado por pessoas sensíveis ao problema da violência, há um entendimento sobre a importância da educação para sexualidade e da possibilidade do acesso do aborto em casos de estupro e, conseqüentemente, pouco espaço para o questionamento sobre a validade de tais práticas.

A discussão sobre quebra de sigilo de profissionais *versus* geração de provas se mostrou um tema caro para a qualificação do trabalho em rede. Isso porque ele denota um dos grandes desafios da intersetorialidade que é a divergência que pode existir entre práticas dos diferentes setores e revela o descompasso que, muitas vezes, acompanha o cotidiano dos profissionais que atuam com o problema da violência.

Alguns temas, como o estupro de vulneráveis, apesar de serem primordiais para qualificar o cuidado, não conseguiram ser abordados devido à duração do projeto. O entendimento de que menores de 14 anos grávidas sempre têm direito ao aborto por terem sido estupradas, ainda é raro entre profissionais da saúde e prejudica muito o acesso das meninas a esse direito. Por isso, a abordagem dessa questão é fundamental.

Os profissionais e serviços da rede que atendem vítimas de violência sexual do município, sede do projeto, foram convidados para os encontros por meio de ofícios. Para aumentar o alcance do projeto, os encontros foram divulgados sistematicamente a partir de publicações no *Instagram* e envio de convites e postagens via *WhatsApp* para grupos de

estudantes e trabalhadores. A divulgação apresentou uma linguagem e identidade visual semelhantes, baseada na cartela de cores já utilizada na rede social do NUAVIDAS.

A estratégia se mostrou importante para manter a assiduidade dos participantes, que eram lembrados dos encontros por meio de posts e mensagens. Entre profissionais e estudantes, participaram, em média, 70 pessoas de forma síncrona durante uma das transmissões.

Os formulários de presença preenchidos para a obtenção de certificados mostram que a maior parte dos participantes era das regiões do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba de Minas Gerais, região da sede do projeto. Mas também tivemos participantes do Amazonas, Goiás, Mato Grosso do Sul, Pernambuco, Paraná, Rio Grande do Sul, São Paulo e outras regiões de Minas Gerais.

Contamos com a participação de pessoas que atuam e estudam nas áreas de Psicologia, Serviço Social, Direito, Enfermagem, Fisioterapia, Pedagogia, Medicina, História, Filosofia, Letras e Comunicação Social. Os profissionais participantes dos encontros atuam em serviços de diferentes setores, como hospitais gerais, prefeituras e secretaria de saúde, Centros de Referência da Assistência Social, Centro de Referência Especializado de Assistência Social, sistema prisional, conselhos tutelares, fóruns de justiça, defensorias públicas, serviços particulares, Ongs e Unidades Básicas de Saúde.

A diversidade dos participantes nos deu a dimensão da importância de abordar os temas relacionados à violência sexual de forma ampliada e dialógica, integrando áreas de conhecimento distintas e garantindo uma interlocução entre os diferentes setores que podem – e devem – cuidar de pessoas em situação de violência. Essa integração é fundamental para favorecer a comunicação entre profissionais e garantir um maior entendimento entre os setores.

Apesar do formato adotado para desenvolvimento do projeto não favorecer um processo de formação significativa, a realização de forma remota apresentou algumas vantagens. Possibilitou que profissionais, estudantes e demais pessoas interessadas na temática do cuidado a situações de violência sexual tivessem acesso aos encontros, que não ficaram restritos apenas à rede local ou apenas a profissionais.

Ademais, como os encontros ficaram gravados e disponíveis para acesso por meio do canal do *Youtube* do NUAVIDAS, muitas visualizações ocorreram posteriormente aos encontros síncronos. Em menos de 10 meses, o canal criado na plataforma de compartilhamento de vídeo para o desenvolvimento do projeto atingiu mais de três mil visualizações, e cerca de 500 inscritos. Alguns vídeos chegaram a mais de 300 visualizações,

inclusive de pessoas que vivem em outros países, como Portugal, Estados Unidos, França e Itália.

Além disso, a divulgação do projeto por meio do *Instagram* possibilitou uma maior visibilidade do NUAVIDAS e engajamento nas redes sociais. Desde o início do projeto, houve um aumento de mais de 1.200 seguidores na página que o serviço mantém na rede. A linguagem utilizada para divulgação e durante os encontros prezou por abandonar o tecnicismo em favor de tornar o discurso mais acolhedor. Isso aproximou a comunidade de um tema tão sensível como é o da violência sexual e facilitou, inclusive, o acesso aos serviços em alguns casos específicos.

A avaliação do projeto foi realizada de forma contínua, ao longo de todo seu desenvolvimento, a partir de reuniões em que eram discutidas impressões e feitos rearranjos nos temas planejados, convidados pensados e estratégias de divulgação. Os comentários da audiência nas redes sociais foram recebidos como feedbacks do trabalho e considerados para os ajustes realizados.

Assim, apesar de diferente do objetivo inicial, entendemos que o projeto desenvolvido ganhou um alcance importante para difusão e produção de conhecimentos sobre o cuidado integral para situações de violência sexual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A necessidade de qualificação profissional para lidar com o problema da violência sexual, tão prevalente em nossa sociedade, é urgente. O projeto desenvolvido mostrou que estratégias que utilizam mídias digitais e plataformas de transmissão online são eficazes no alcance e democratização do acesso à informação.

Apesar de ter havido uma queda da adesão às transmissões ao vivo com a melhora da pandemia, como os conteúdos estão salvos na plataforma, as pessoas podem ter acesso a eles quando quiserem. Assim, o objetivo de um projeto de extensão como esse – de promover diálogo com a comunidade e democratizar o acesso à informação –, se manterá mesmo após sua finalização.

Mesmo tendo se mostrado uma estratégia eficaz, é importante investir na construção de estratégias de comunicação permanentes com os serviços locais, visando o fortalecimento e o aprimoramento da produção do cuidado. Por isso, é fundamental pensar em espaços presenciais de formação profissional e processos de educação permanente que garantam, não

apenas produção e compartilhamento de informações, mas o acolhimento e cuidado às dificuldades enfrentadas ao lidar com os casos de violência.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, J. M.; D' OLIVEIRA, A. F. P. L.; SCHRAIBER, L. B. Mudanças históricas na rede intersetorial de serviços voltados à violência contra a mulher – São Paulo, Brasil. **Interface**, Botucatu, v. 24, 2020. Doi: 10.1590/Interface.190486. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/S6jqNqywCWZ4NLXCcJGJDVb/?lang=pt>. Acesso em: 10 maio 2021.

ANDRADE, V. R. P. A soberania patriarcal: o sistema de justiça criminal no tratamento da violência sexual contra a mulher. **Sequência**, Florianópolis, v. 26, n. 50, p. 71-102, 2005. Doi: 10.5007/%25x. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/15185>. Acesso em: 10 maio 2021.

BAIGORRIA, J. *et al.* Prevalência e fatores associados da violência sexual contra a mulher: revisão sistemática. **Revista de Salud Pública**, Bogotá, v. 19, n. 6, 2017. Doi: 10.15446/rsap.v19n6.65499. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/rsap/v19n6/0124-0064-rsap-19-06-818.pdf>. Acesso em: 10 maio 2021.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 15 maio 2021.

BRASIL. Fórum de Pró-reitores das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras. **Política Nacional de Extensão Universitária**. 2012. Disponível em: <https://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>. Acesso em: 15 maio 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes**. 3. ed. Brasília: MS, 2012. (Série A. Normas e Manuais Técnicos). Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/prevencao_agravo_violencia_sexual_mulheres_3_ed.pdf. Acesso em: 15 maio 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Política para as Mulheres. Atenção humanizada às pessoas em situação de violência sexual com registro de informações e coleta de vestígios. Brasília-DF, 2015. (Série A. Normas e Manuais Técnicos). Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/atencao_humanizada_pessoas_violencia_sexual_norma_tecnica.pdf. Acesso em: 15 maio 2021.

CARVALHO, J. S. F. Sobre o conceito de formação. Diferenças entre o que aprendemos e o que nos afeta como seres humanos. **Educação**, São Paulo, v. 137, 2008.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA – FBSP. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/10/anuario-14-2020-v1-interativo.pdf>. Acesso em: 3 maio 2022.

FREITAS, M. L.; FARINELLI, C. A. As consequências psicossociais da violência sexual. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 37, p. 270-295, 2016. Doi: 10.12957/rep.2016.25400. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/25400/18366>. Acesso em: 10 maio 2021.

GAVA, T.; VILLELA, W. V. Educação em sexualidade: desafios políticos e práticos para a escola. **Sexualidad, Salud y Sociedad: Revista Latinoamericana**, Rio de Janeiro, v. 24, p. 157-171, 2016. Doi: 10.1590/1984-6487.sess.2016.24.07.a. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sess/a/B48F6W667b4w6tQZhHHy3Yn/?lang=pt>. Acesso em: 10 maio 2021.

KISS, L. B.; SCHRAIBER, L. B. Temas médico-sociais e a intervenção em saúde: a violência contra mulheres no discurso dos profissionais. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 1943-1952, 2011. Doi: 10.1590/S1413-81232011000300028. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/yJFyccTTLdH3GmLkG7NZyZr/?lang=pt>. Acesso em: 10 maio 2021.

NEVES, A. S. *et al.* Abuso sexual contra a criança e o adolescente: reflexões interdisciplinares. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 18, n. 1, p. 99-111, 2010. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=513751435009>. Acesso em: 10 maio 2021.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE – OMS **Prevenção da violência sexual e da violência pelo parceiro íntimo contra a mulher**: ação e produção de evidência. Genebra, 2012. Disponível em: <https://iris.paho.org/handle/10665.2/3661>. Acesso em: 25 maio 2021.

SÁ, M. C. *et al.* Desafios do cuidado e da formação em saúde. In: SÁ, M. C. *et al.* **Oficinas clínicas do cuidado**: efeitos da narratividade sobre o trabalho em saúde. Rio de Janeiro: Editora da Fiocruz, 2019.

SCHRAIBER, L. B. *et al.* Prevalência da violência contra a mulher por parceiro íntimo em regiões do Brasil. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 41, n. 5, p. 797-807, 2007. Doi: 10.1590/S0034-89102007000500014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/8G54ZFwvFgLQsQtmKtFvtYt/?lang=pt>. Acesso em: 10 maio 2021.

SILVA, E. B.; PADOIN, S. M. M.; VIANNA, L. A. C. Mulher em situação de violência: limites da assistência. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 249-58, 2015. Doi: 10.1590/1413-81232014201.21202013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/STQjrnBbZcpGwxqZKkptpgN/?lang=pt>. Acesso em: 10 maio 2021.

TAVARES, M. S. Roda de conversa entre mulheres: denúncias sobre a Lei Maria da Penha e descrença na justiça. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 547-559, 2015. Doi: 10.1590/0104-026X2015v23n2p547. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/HSVtWDww9Y7GwwfCGNR5Ssz/?lang=pt>. Acesso em: 20 jun. 2021.

VIEIRA, E. M.; HASSE, M. Perceptions of professionals in an intersectorial network about the assistance of women in situation of violence. **Interface**, Botucatu, v. 21, n. 60, p. 51-62, 2017. Doi: 10.1590/1807-57622015.0357. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/GXcfNwpDWsKM4rmmnVPf7Ln/?lang=en>. Acesso em: 20 jun. 2021.

VISENTIN, F. *et al.* A enfermagem na atenção primária ao cuidar de mulheres em situação de violência de gênero. **Investigación y Educación en Enfermería**, Medellín, v. 33, n. 3, p. 556-564, 2015. Disponível em: <https://revistas.udea.edu.co/index.php/iee/article/view/24465>. Acesso em: 20 jun. 2021.

Submetido em 9 de maio de 2022.

Aprovado em 10 de junho de 2022.